

Pagamentos digitais G2P e inclusão financeira para a resiliência social¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e Programa Mundial para a Alimentação (PMA) Moçambique

Há uma tendência, a nível mundial, para a automatização e digitalização dos pagamentos monetários dos programas de protecção social. Em alguns países africanos, como [Zâmbia](#), [Namíbia](#), [Togo](#), [Tanzânia](#), [Malawi](#), [Comores](#) e [Moçambique](#), há uma crescente diversificação de meios de pagamentos. Contudo, os estágios de digitalização destes países variam, sendo comuns os desafios legais, regulatórios e ao nível das infraestruturas. A “digitalização ponta-a-ponta” que diversifique meios de pagamento e permita ao usuário escolher o provedor de serviços é um dos aspectos centrais para melhorar a eficiência do sistema de pagamentos dos governos para as pessoas (G2P). Outros aspectos chave incluem: (1) o estabelecimento de sistemas de selecção e registo, aproveitando informações existentes em outras bases, (2) a diversificação de métodos de pagamento e disponibilização de mais pontos de levantamento (*cash-out*), (3) simplificação do processo e dos requisitos de identificação (KYC — *Know Your Customer*) para abertura de contas e (4) a aprovação da lei que assegure a criação de “contas básicas” sem custos de manutenção.

Dentre as principais vantagens dos pagamentos G2P digitais destacam-se o potencial da economia fiscal para o governo, a redução dos custos operacionais e as melhores condições para a entrega atempada da assistência, sobretudo durante emergências. Os pagamentos digitais também permitem a abertura de mais portas de entrada para a inclusão financeira e o empoderamento económico de grupos mais vulneráveis, sobretudo as mulheres que costumam ter menor acesso a informação e a instrumentos que possibilitem a sua autonomia financeira.

Em Moçambique, a resposta à COVID-19, com o PASD-PE COVID-19, expandiu a cobertura do sistema de protecção social, triplicando-a de 520.000 para aproximadamente 1,6 milhão de famílias. As respostas às emergências dos últimos anos no país possibilitaram um avanço na agenda de pagamentos digitais, com quatro mecanismos principais:

1. *Offline Payment Application* (OPA), entrega de dinheiro com verificação eletrónica;
2. Transferências por carteiras de dinheiro móvel (M-PESA), implementadas directamente pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS-IP), mas com o apoio do PMA;
3. Pagamentos com *smartcards* e ATM móveis (Paycode e MozSecurity); e o
4. Sistema de Pagamento Alternativo (SPA), que no futuro permitirá uma maior integração do e-INAS com provedores de serviços financeiros para que todo o processo de pagamentos seja digitalizado, e que poderá facilitar aos beneficiários escolher e mudar de provedor de serviços conforme a sua conveniência.

Observa-se que o Governo de Moçambique está comprometido com a digitalização de pagamentos e com a expansão da inclusão financeira dos mais vulneráveis. Na primeira fase da resposta à COVID-19, o Governo expandiu os pagamentos digitais para mais de 77.000 famílias. No entanto, persistem desafios para tornar o ambiente mais propício para pagamentos G2P digitais.

Os desafios incluem 1) as restrições regulatórias da área financeira, com a demanda de um documento comprovativo de rendimentos para abrir contas bancárias, 2) a baixa inclusão financeira da população, sobretudo das mulheres, visto que apenas 43% da população é incluída financeiramente, 3) pontos de acesso financeiro formal ainda limitados, já que apenas metade dos bairros do país tem disponibilidade de serviços. Além disso, a baixa cobertura do Registo Social, com menos de 30% da população vulnerável registada, a baixa conectividade



à internet, com 40% dos bairros sem cobertura de rede, e a baixa cobertura do registo civil, 39% da população não possui um documento de identificação, são desafios estruturais para o avanço da agenda.

Dados preliminares de um estudo sobre o PASD-PE COVID-19, apoiado pelo Banco Mundial em colaboração com o Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) para identificar as lições aprendidas durante a implementação de diferentes meios de pagamento, com 2.000 beneficiários em três províncias, indicam que existem oportunidades para a adopção de pagamentos digitais para a protecção social em Moçambique, sobretudo em áreas urbanizadas. A maioria dos entrevistados (80%) possui telemóvel, 70% possui um documento de identificação, 71% possui uma conta móvel e 55% prefere receber o benefício numa conta móvel.

Mais recentemente, o Banco Mundial, junto ao MGCAS e o INAS-IP, está a desenvolver uma ferramenta que busca informar uma expansão de pagamentos digitais no país, o chamado Indicador de Prontidão para Pagamentos Digitais (PPD). O PPD visa atribuir uma pontuação a nível de bairros para determinação do mecanismo de pagamentos mais apropriado para cada localidade, com base em características pré-identificadas de acordo com dados nacionais de localização de serviços financeiros, cobertura de rede e do Censo 2017.

Referência:

Ministério do Género, Criança e Acção Social, Programa Mundial para a Alimentação e Banco Mundial, 2021. Relatório 2ª Edição. Diálogo sobre Resiliência Social. Maputo: Governo de Moçambique, 15-18.

Nota:

1. Este *One Pager* é parte de uma série de publicações sobre a Protecção Social em Resposta a Choques em Moçambique, produzida com o apoio do PMA e com financiamento do Departamento da União Europeia para Protecção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária (ECHO).